

PERCURSO DO MOVIMENTO SURDO: DIREITOS E REIVINDICAÇÕES

Paulo Sillas de Lima Nascimento
Vitor Gabriel Matsumura do Nascimento

RESUMO

Ao longo da história, movimentos sociais sempre foram estabelecidos e organizados, principalmente, para buscar direitos e conscientização acerca de problemas enfrentados por minorias sociais, entre eles está o movimento surdo, criado em prol desta comunidade. Este artigo estabelece uma visão descritiva e explicativa sobre os principais pontos históricos do denominado movimento social surdo brasileiro, visando, descrever e narrar de forma objetiva os acontecimentos principais da história do movimento surdo no Brasil, propondo conscientização acerca deste tema pouco discutido nas instituições, bem como pôr em evidência a importância da assistência ao surdo no país e encaixar-se no contexto geral do conceito de movimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Surdo. Direito. Conquista.

1. Introdução

Ao longo dos anos, as pessoas que possuíam alguma deficiência foram excluídas e estigmatizadas pela sociedade, entre elas, a comunidade surda. Na Idade Antiga, por exemplo, mesmo que certas comunidades constituíssem um ambiente acolhedor para indivíduos portadores de surdez e outras deficiências, como por exemplo o povo hebreu e a Lei Hebraica, sob a qual os surdos eram cuidados e protegidos como crianças, a estes, na maioria dos casos, era concebido um cenário hostil desde a infância, pois em muitas regiões eram vistos como castigo divino, em outras, como inválidos. Em razão disso, eram rejeitados pela família e submetidos a situações de abandono e a sacrifícios.

Já no âmbito social, as circunstâncias não eram diferentes, pois os surdos permaneciam segregados de práticas cotidianas da sociedade. Em Roma, por exemplo, aos surdos restava uma minúscula parcela de atuação em espaços públicos e políticos, visto que a audição e a fala eram condições necessárias para tal acesso.

No Brasil, o contexto era o mesmo, a comunidade surda enfrentava preconceito e discriminação. Apenas na década de 1980 foi dado início às primeiras manifestações em prol da ascensão dos surdos no Brasil, integrados com outros grupos sociais em um período de abertura política e redemocratização. A partir daí, surgiram cada vez mais reivindicações da comunidade surda na busca por direitos e reconhecimento da língua de

sinais, gerando uma série de conquistas no Congresso e maior conscientização da população acerca da necessidade de inclusão e cidadania deste grupo.

Este artigo estabelece uma visão descritiva e explicativa sobre os principais pontos históricos do denominado movimento social surdo brasileiro, embasando-se sobretudo na teoria do sociólogo italiano Alberto Melucci, o qual define esse movimento como um sistema de relações sociais, composto principalmente por pessoas surdas, grupos e organizações de surdos.

O objetivo deste artigo, portanto, é descrever e narrar de forma objetiva os acontecimentos principais da história do movimento surdo no Brasil, propondo conscientização acerca deste tema tão pouco discutido nas instituições, bem como pôr em evidência a importância da assistência ao surdo no país, além disso, encaixar-se no contexto geral do conceito de movimento social. Será desenvolvido um enfoque acerca da história do movimento, sobretudo no que diz respeito às suas origens, às motivações e ações coletivas que visavam a reivindicação de direitos sociais e, essencialmente, às conquistas desse grupo.

2. Início do movimento no Brasil

O movimento surdo surgiu no Brasil em meados do século 70 no período pós-ditatorial, período em que não apenas este como também vários movimentos de diversos setores começaram a reivindicar seus direitos, aproveitando o clima de expansão e reestruturação política do país. Inicialmente, estava interligado ao movimento social das pessoas com deficiência e seu principal objetivo era a busca por igualdade de oportunidades e cidadania. Não existiam, até então, pautas exclusivas da comunidade surda. (BRITO, 2016).

Segundo Brito (2016), nesse contexto, ocorreram as primeiras manifestações políticas dos ativistas surdos buscando principalmente integração, comunicação e acessibilidade. Nessa época, ainda não estava em questão o uso e oficialização da língua de sinais, pois, este modo de comunicação sofria intenso preconceito e repressão. Nas escolas, por exemplo, os surdos eram proibidos de se comunicar por meio de sinais e deviam aprender apenas o oralismo, que consiste em uma técnica bastante complexa onde os surdos aprendem a falar por meio da leitura labial e outros métodos.

Ou seja, em sua fase inicial o movimento surdo buscou oportunidades de ingresso e participação em todas as esferas sociais, com direito à cidadania plena e inclusão. Porém, seria impossível alcançar tais objetivos sem conseguir comunicar-se de forma efetiva, tanto com outros surdos quanto com os ouvintes, por isso, uma mudança tornou-se necessária, visto que o método vigente na época, ou seja, o método oralista, além de complexo, provocava consequências negativas ao desenvolvimento do surdo, como o atraso na aprendizagem da escrita, por exemplo. A partir dessa problemática as demandas da comunidade surda começaram a mudar e os ativistas passaram a cogitar a ideia de buscar com mais intencionalidade o reconhecimento social e jurídico da língua de sinais, o que se tornaria a principal pauta do movimento na década de 90.

3. Desenvolvimento do movimento surdo no mundo

Enquanto no Brasil a comunidade surda começava a dar seus primeiros passos em direção à quebra de preconceitos e conquista de seus direitos, no mundo, estavam ocorrendo importantes estudos e mudanças que viriam, posteriormente, a influenciar as transformações ocorridas no Brasil.

Na Suécia, por exemplo, estavam sendo desenvolvidos estudos sobre o bilinguismo, método oposto ao oralismo, que tinha como principal premissa “*a importância da língua de sinais para a pessoa surda*” (ANDRÉ, 2018, p 16). No bilinguismo, o surdo tinha contato com a língua de sinais desde seu nascimento, devido à indubitável importância da linguagem e comunicação no desenvolvimento infantil. É através da linguagem que apreendemos e conhecemos o mundo de forma mais profunda e significativa, portanto, a criança surda deveria ter acesso à língua de sinais (que para ela seria sua língua materna) desde seu nascimento, assim como as crianças ouvintes possuem acesso ao português desde que nascem, por exemplo. Como na maioria dos casos a família dos bebês surdos não conhecia a língua de sinais, este trabalho de ensino natural da língua deveria ser feito por meio de escolas bilíngues, exclusivas para a comunidade surda.

De acordo com Honora (2014), ainda segundo o método do bilinguismo, após aprender a língua de sinais a criança aprenderia a língua oficial do país como segunda língua (disto é derivado o nome do método) através da modalidade escrita. O modelo de educação bilíngue para surdos adquiriu bastante influência e comprovação, devido a isso, foi adotado oficialmente pela Suécia, que tornou-se o primeiro país a utilizar o método.

Outro acontecimento de grande importância para a comunidade surda mundial foi a publicação da “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1996). De acordo com André (2018) o documento afirma o direito de aprendizagem, uso e disseminação de todas as línguas, o que inclui as línguas de sinais, sendo assim, o preconceito e repressão em torno destas diminuiu significativamente. Então, no mundo, os surdos começaram a ser vistos não apenas como deficientes, mas, como uma minoria social e cultural que possuía sua própria identidade, fundamentada principalmente na língua de sinais.

4. Manifestações e marcos históricos no Brasil

No Brasil, o movimento surdo, que ainda lutava principalmente por cidadania e igualdade, deu início às suas primeiras manifestações com a passeata do grupo Surdos Venceremos.

Foi em torno das reivindicações por cidadania plena que o grupo Surdo Venceremos, liderado pelo autor e ativista surdo Nelson Pimenta de Castro, organizou uma passeata que mobilizou cerca de duas mil pessoas, surdas e ouvintes, na orla da Praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 25 de Setembro de 1994, constituindo-se como marco de ascensão do movimento social surdo no Brasil, por causa do número de participantes e da expressiva produção cultural que engendrou, como cartazes, faixas, vídeos, slogans e símbolos relacionados à defesa do direito surdo e à valorização da língua de sinais. (BRITO, 2016, p 767).

Embora a passeata tenha ocorrido baseada principalmente no discurso de igualdade de direitos, já era possível perceber entre os ativistas surdos brasileiros, maior preocupação e evidência para a língua de sinais e sua importância. Tal fato pode ser comprovado com a publicação do documento *As comunidades surdas reivindicam os seus direitos linguísticos* (FENEIS, 1993), produzido pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis). Neste documento “*defende-se basicamente a tese de que as línguas de sinais são línguas naturais, completas e equivalente do ponto gramatical às línguas orais.*” (BRITO, 2016, p 767). Para a Feneis, o surdo, por utilizar a língua de sinais, passou a ser considerado uma minoria social, cultural e linguística, devendo ser

reconhecidos pela sociedade e pelo estado. Nesse documento a língua de sinais brasileira foi pela primeira vez denominada como LIBRAS.

Essas ideias passaram a ser difundidas entre a comunidade surda e ao longo dos anos foram recebendo aceitação e influenciando cada vez mais a luta do movimento. Então, na metade da década de 1990, influenciados por todos os argumentos e pesquisas já expostos neste artigo, tais ideias tornaram-se sua principal pauta formando “*uma nova ideologia que viria a alicerçar a construção da identidade coletiva do movimento e a produção de códigos culturais e quadros interpretativos sobre a surdez e a língua de sinais*” (SILVA, 2012). Então, providos de um novo discurso e objetivo, a saber, o reconhecimento e valorização da libras, tanto como língua quanto como elemento constitutivo de sua identidade e cultura surda, o movimento surdo organizou diversos eventos, passeatas, palestras e conferências. Vale ressaltar que não abdicaram da luta por direito à cidadania e igualdade, mas, buscaram tais objetivos por meio do reconhecimento de sua língua, cultura e identidade.

5. Início das conquistas

O movimento foi crescendo e ganhando influência com o passar dos anos até que em 1996, aproveitando a publicação da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, os ativistas ligados à Feneis e à Federação Nacional de Pais e Amigos de Surdos (Fenapas) decidiram levar ao Congresso Nacional uma campanha visando o reconhecimento legal da libras como língua brasileira de sinais. Após várias reuniões sem sucesso, conseguiram o apoio de alguns parlamentares a essa causa, isso resultou na apresentação de um projeto de lei, ao Senado, no ano de 1996.

Enquanto o projeto estava sendo discutido e tramitado entre as Duas Casas Legislativas do Congresso Nacional, o discurso linguístico-cultural do movimento surdo obtinha mais força e evidência, não apenas entre os integrantes do movimento como também entre os universitários e pesquisadores da área. Diversas manifestações e eventos continuaram a ocorrer com o objetivo de gerar visibilidade à questão e convencer os parlamentares a votar favoravelmente no projeto da lei de libras.

Tais pressões foram importantes para que, finalmente, sob o olhar de mais de uma centena de ativistas surdos e ouvintes, no dia três de abril de 2002, o projeto de lei de libras fosse aprovado pelo Senado, para logo

depois ser encaminhado à sanção presidencial, a qual se deu no dia 24 de abril seguinte. (BRITO, 2016, p 768).

Enfim aprovada a Lei nº 10.436/2002, legalizando o uso da libras, os surdos começaram a conquistar mais integração, educação e acesso às áreas, até então, restritas para ouvintes e importantes avanços foram ocorrendo.

No âmbito da educação, por exemplo, no ano 2000, ou seja, dois anos antes da aprovação da lei, já havia sido instituído no Brasil o método de ensino bilíngue, garantido melhor qualidade na educação e aprendizado dos surdos. Em 29 de outubro de 2008 foi promulgada a Lei nº 11.796/2008, que instituiu o dia 26 de setembro como o dia nacional do surdo. (BATTI, 2020).

Ou seja, a comunidade surda, historicamente excluída da sociedade, passou a obter cada vez mais influência e espaço social, e isso vêm ocorrendo até os dias atuais.

6. A luta surda continua

Embora o movimento surdo já tenha obtido diversas conquistas e reconhecimento, é necessário continuar lutando por essa comunidade, pois, há muito a ser conquistado. Ainda hoje, os surdos são vítimas de preconceito ou desconhecimento de sua língua e cultura por maior parte da população. Em exemplo disto está o tabu e desinformação enfrentado pela libras, muitas pessoas acham que trata-se de mímica, uma linguagem e não uma língua, um sistema complexo que interessa apenas aos surdos, entre outros erros, como o uso do vocábulo “surdo-mudo”, que é equivocado, visto que, os surdos possuem capacidade de falar, pois, não possuem problemas em seu aparelho fonador mas em seu sistema auditivo. Muitos não conseguem falar por não ouvir, então não saberão reproduzir, porém com o método de oralização foi comprovado que conseguem, mesmo que com algumas dificuldades, aprender a falar.

Além da falta de conscientização e informação populacional, vários avanços fazem-se necessários para maior inclusão dos surdos, como o uso de legendas em filmes, vídeos e programas televisivos, a presença de intérpretes de libras nos mais diversos setores sociais, melhoria na educação da infância ao ensino superior, implementação da libras na grade curricular de escolas e universidades, entre outros.

Portanto, atualmente, a luta dos ativistas surdos continua, buscando a quebra dos preconceitos enfrentados e a conquistas dos avanços necessários à sua cidadania e bem-estar social.

7. Conclusão

Tendo em vista o conteúdo apresentado neste artigo, percebe-se a importância de conhecer e compreender o movimento surdo no Brasil, desde suas origens e marcos históricos até o reconhecimento da necessidade de integração dos surdos na sociedade. A conscientização acerca desse assunto é de suma importância, pois promove não só um aprendizado histórico e ético dos leitores, mas também desperta o reconhecer da necessidade de igualdade de direitos na sociedade, bem como a inclusão social. Os surdos permaneceram por séculos vivendo à margem da sociedade, sendo excluídos de diversos espaços de atuação devido as suas condições naturais. Mas, de fato, mesmo com as inúmeras conquistas proporcionadas pelas ações coletivas do movimento, esse grupo ainda enfrenta uma série de obstáculos nos dias atuais. Mesmo com o reconhecimento da libras como língua oficial dos surdos, ainda há uma dificuldade de integração destes em diversos locais, pois diversas instituições e espaços de trabalho não possuem um sistema que favoreça uma boa comunicação e acolhimento.

Portanto, conclui-se que houve um grande avanço desde o final do século passado até os dias atuais no que diz respeito à inclusão social dos surdos perante a sociedade. Porém, é notável que ainda existem diversos obstáculos para este grupo no país, percebendo-se assim a importância dos movimentos sociais e o apoio da massa popular para a conquista dos interesses coletivos de um setor da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Tamara Cardoso. MAZACOTTE, Andréa Carolina Bernal. **A luta do movimento surdo pelo direito à língua**. Revista Científica Trama, 14 jun, 2018. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/18585>>. Acesso em: 24 nov, 2021.
- BATTI, Crisiane Bez. **Setembro surdo: data marca décadas de conquistas, retrocessos e avanços**. Metrópole, 24 set, 2020. Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/pontode-vista/setembro-surdo-data-marca-decadas-de-conquistas-retrocessos-e-avancos>>.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O Movimento Surdo no Brasil: a busca por direitos**. Jorsen, 04 ago, 2016. Disponível em:

<: <https://nasejournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12214>>.

Acesso em: 24 nov, 2021 (10:39).

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos**. Rio de Janeiro, 1993.

HONORA, Márcia. **Inclusão Educacional dos Alunos com Surdez: concepções e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Assis C. A. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. UNESCO, 1996.